

Para a Fiesp, é preciso agir rapidamente.

A Fiesp alerta: o País vive uma fase de instabilidade e falta de credibilidade política, alimentando uma crise econômica que poderá apresentar a conta, mais uma vez, aos setores produtivos da Nação, ou seja, aos empresários e aos trabalhadores. Por isso, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo pediu ontem, após uma reunião de diretoria, rápidos ajustes internos desvinculados de pressões políticas, uma imediata definição para a dívida externa (antes que as reservas caiam a níveis insuportáveis), uma política fiscal austera conjugada ao controle rigoroso dos gastos e do déficit público e o redirecionamento dos investimentos do governo para onde forem realmente necessários.

Ao fazer esse balanço em nome da Fiesp, um de seus diretores, o empresário Roberto Nicolau Jehar, disse que já existem fortes sinais de recessão. "Se eu fosse o comandante de uma fragata norte-americana no Golfo Pérsico hoje já teria mando soar o alarme e posto todos em alerta." Jehar garantiu que o aumento do número de concordatas, a perda de poder aquisitivo, a queda nas vendas e produção, a queda nas reservas cambiais, a inflação alta etc. demonstram que há "instabilidade e falta de credibilidade nas medidas econômicas do governo, haja vista que os investimentos caíram a praticamente zero".

Segundo ele, o nível de produção está sofrendo uma forte "deterioração" nos últimos 30 dias. "E daqui para frente tudo indica uma piora."

Igual a 1982

Segundo o empresário, a Fiesp entende que esse ajuste da economia ou recairá, como das outras vezes, especialmente em

1982, no setor privado produtivo, "causando uma recessão clássica", ou se fará através de um sério corte nas despesas e no déficit público, passando obrigatoriamente por uma política fiscal austera. "Não se pode federalizar o déficit dos Estados e partir para obras não prioritárias simplesmente. Estamos temerosos de que esse ajuste vá recair mais uma vez sobre quem trabalha e produz."

A conclusão da Fiesp, segundo Jehar, que é presidente do Sindicato da Indústria de Papelão, só poderia ser uma: "O Brasil precisa de um plano econômico coerente e de uma política econômica austera. Precisamos passar das palavras à ação, acertando nosso setor público, pois ao contrário continuaremos nessa orgia com o dinheiro público, sem qualquer contrapartida para as prioridades reais da Nação. Sem um rígido programa orçamentário, quem vai financiar o déficit é o setor produtivo, as empresas, os trabalhadores, os profissionais liberais etc". Para Roberto Jehar, "os que trabalham e não os especuladores é que vão pagar esse rombo sem que tenhamos a contrapartida para as necessidades hoje fundamentais ao equilíbrio político da Nação, como, por exemplo, saúde pública, educação, transporte público urbano, energia, maior oferta de alimentação, obras de saneamento básico, sistema portuário, transporte prioritário para a supersafra, silos, armazéns... Tudo isso espera uma definição pois é a grande prioridade nacional de hoje".

O empresário disse ainda que o supérfluo dos gastos públicos até agora não foi cortado; que o déficit dos Estados, se resultante de uma estrutura tributária errada, não adianta buscar a solução simplesmente

com o repasse de verbas federais. "É preciso corrigir imediatamente essa estrutura tributária, caso contrário o problema vai persistir. A população que vive de salários também quer, ao lado dos empresários, resolver essa situação, pois sente no dia-a-dia a falta de casas, de escolas e transporte público. E o que foi feito de tantos fundos nacionais como PIS-PASEP, Finsocial, FND?"

Jehar lembra que "a política é uma maneira de administrar justa e adequadamente os escassos recursos da Nação". E voltou a alertar, em nome da Fiesp: "Se isso não ocorrer teremos turbulência pela frente cujos resultados já conhecemos, inclusive os da recessão de 1982. Mesmo porque outro golpe recessivo não levará o Brasil a ser o País tecnologicamente avançado que esperamos para antes do final deste século". Ele evitou comentar a questão da duração do mandato do presidente Sarney, dizendo que "isso não é substantivo neste instante".

O empresário preferiu falar da "deterioração do panorama econômico", onde uma inflação mensal de 20% corrompe o sistema produtivo e inviabiliza a criação de empregos, de novos investimentos e gera um clima psicológico propício para a especulação financeira e para ampliar ainda mais a inflação. "Essa inflação é a Aids da economia", ironizou. Por isso, a Fiesp pede a reversão dessa situação já, com tranquilidade, e um processo de ajustes que passe inclusive por um apelo às autoridades e aos constituintes. "Sabemos que esses ajustes terão de ser pagos pela sociedade como um todo. O que não é saudável é empurrar esse ônus apenas para um grupo, o de sempre."

Sérgio Leopoldo Rodrigues